

MULHERES E EDUCAÇÃO: ESCOLA AGRÍCOLA COMUNITÁRIA MARGARIDA ALVES NO SUL DA BAHIA.

Claudia Alves¹
Elis Cristina Fiamengue²

RESUMO

Esta comunicação apresenta os resultados parciais da pesquisa que estamos realizando como requisito para a conclusão do curso de especialização em Gestão da Educação na Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus/BA. O objetivo geral do trabalho é o de descrever e compreender uma experiência concreta inovadora de educação do e no campo, a partir do estudo da Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves (EACMA), localizada na zona rural de Ilhéus. Tal escola foi fundada a partir da luta das mulheres do movimento social e baseia-se no referencial da pedagogia da alternância, e atende jovens filhos de assentados, pequenos produtores e quilombolas. A Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves (EACMA), surgiu em resposta às necessidades de uma educação voltada aos interesses dos pequenos agricultores, assentados e acampados da região do Sul da Bahia. A metodologia qualitativa baseada em entrevistas semi-estruturadas, depoimentos e observação direta com registro em diário de campo, tem nos permitido compor o quadro de implantação e desenvolvimento da escola. Assim, estamos registrando a história de lutas, conquistas e resistências de um grupo social historicamente esquecido pelo poder público, mas que conseguiu, em meio às adversidades, trazer para o homem do campo uma proposta de educação mais condizente com sua realidade e com suas necessidades.

Palavra-chave: Escola Família Agrícola, Educação, Pedagogia da Alternância.

INTRODUÇÃO

Embora o Brasil seja um país de origem eminentemente agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes, bem como as matrizes culturais centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder político pela oligarquia e nos modelos de cultura letrada européia “urbanocêntrica”. Esse panorama condicionou a história da educação escolar brasileira e deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo, em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infra-estrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente,

¹Aluna do curso de especialização em Gestão da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC - ILHÉUS/BA

²Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC - ILHÉUS/BA

a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo. A partir desse contexto, a educação do campo e o seu papel social há tempos vêm sendo debatidos por educadores e movimentos sociais preocupados e comprometidos com a construção de uma educação que atenda as necessidades e aos interesses dos camponeses e de seus filhos.

Assim, as Escolas Familiares Agrícolas (EFA's) surgiram como uma proposta de educação do campo diferente, integrada à comunidade e engajada com as questões do campo. As EFA's são associações de famílias, pessoas e instituições preocupadas em promover o desenvolvimento no campo de maneira sustentável, através da formação dos jovens e suas famílias. Tem por finalidade promover uma formação integral de adolescentes, jovens e adultos em um contexto sócio-geográfico concreto, contribuindo para a promoção e desenvolvimento local solidário, tendo como referencia a agricultura familiar pela grande importância social, econômica, política, ecológica e cultural, a partir de uma perspectiva de qualidade de vida no campo.

Neste trabalho nos propomos a lançar um olhar sobre a história e o processo de construção da Escola da Família Agrícola Margarida Alves, situada em Ilhéus, no sul da Bahia.

A Educação do campo no Brasil

Todo fazer pedagógico, no campo, ou na cidade, deve ser estabelecido de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBE,1996), e as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC, 2001), sempre em consonância com a realidade.

Segundo Grzybowski (1986, p. 85),

A educação do campo oferecida no Brasil nunca esteve voltada para as especificidades desse meio, não relevando o modo de vida, o trabalho, a forma de organização das atividades produtivas e a cultura dos camponeses, as crianças e aos jovens do campo sempre foram oferecidas uma educação reduzida a conteúdos mínimos, uma mera transposição da escola urbana por meio rural.

Essa educação jamais correspondeu às expectativas dos camponeses e nem contribuiu para mudar suas condições de vida e de trabalho, ou ofereceu-lhes qualquer possibilidade de atuarem como sujeitos da transformação de sua realidade. Ao contrário do que acontece com

as escolas do campo tradicionais, as EFA's estão voltadas para a realidade camponesa e incentivam a participação das famílias na escola e nas decisões envolvendo questões relativas ao desempenho dos estudantes, às ações da escola, a novas atividades de disciplina, entre outros.

As EFA's adotam como base a pedagogia da alternância, que possibilita uma educação continuada e de qualidade sem que os jovens tenham que deixar as famílias para morar na cidade, aonde gradativamente vem se concentrando as escolas. Através da alternância as EFA's permitem que os jovens permaneçam por um período na escola e outro na família/comunidade, sendo que neste tempo seguem desenvolvendo estudos, praticando o aprendizado, investigando e refletindo mediante o acompanhamento da família e da comunidade.

A pedagogia da alternância acredita na experiência coletiva como elemento de uma aprendizagem crítica e dialética, é uma proposta que busca a socialização do saber, a valorização da cultura popular, bem como o diálogo para um aprofundamento científico e aprimoramento desses saberes em vista da transformação da realidade.

A primeira Escola com esta concepção surgiu na França em 1937, motivada por pais e religiosos que buscavam a educação de jovens rurais sem que eles precisassem se afastar da família e da comunidade; e com um ensino voltado para a realidade da vivência e do trabalho na roça.

Depois desta experiência se espalhar pelo interior de países europeus e de outros continentes, foi trazido para o Brasil em 1969, no Estado do Espírito Santo. Na Bahia o grande batalhador desta proposta o Padre italiano Aldo Lucchetta, que junto com lideranças locais em 1974, fundou a primeira EFA começou no município de Brotas de Macaúbas, o que incentivou outros municípios a investirem na experiência.

Segundo Menezes (2002, p. 45)

As Escolas Famílias Agrícolas são identificadas e constituídas a partir de quatro pilares ou princípios, sendo eles: 1º Fortalecimento das associações; 2º Pedagogia da alternância; 3º Educação integral do jovem; 4º Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com Nascimento,(2003) assim como outras formas de resistência cultural existentes no meio rural brasileiro, as EFAS espalhadas pelo Brasil caminham na contramão da história da educação dominante. Busca-se atender nas EFAS as reais necessidades dos filhos de camponeses, onde todo o processo parte da realidade do educando, afim de que se possa construir uma educação realmente condizente com o mundo no qual estão inseridos.

Questões de cunho social e político também são discutidos com estudantes e famílias, revelando que a escola está engajada no movimento de luta dos camponeses por uma situação social mais justa na região (ARROYO, 1982), aponta que a luta do campo pela escola de seus filhos se situa neste contexto de conquista de um direito, ou de um mínimo de igualdade e oportunidades.

METODOLOGIA

Esta pesquisa encontra-se em fase inicial, e contará com apoio das mulheres da comunidade que fazem parte do movimento Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves, na zona rural de Ilhéus – Bahia. Do ponto de vista técnico o estudo será uma pesquisa de campo qualitativa com característica exploratória. Exploratória, no sentido lato do termo, dado que serão apresentados também aspectos descritivos, visando localizar e fundamentar a exploração da pesquisa. A pesquisa exploratória, segundo Gil (1996) permite que o pesquisador se familiarize mais com o problema pesquisado, para que, dessa forma, explicita melhor seus objetivos. Para tanto, se faz necessário uma análise descritiva dos fenômenos envolvidos neste processo e como os diversos fatores envolvidos nestes fenômenos contribuíram para a ocorrência dos mesmos. Por considerar que a interpretação dinâmica dos fatos aqui expostos, tem um caráter político inserido na atual realidade brasileira. Recorrer-se-á inicialmente à busca de orientação através dos conceitos acerca do tema em questão, objetivando facilitar sua compreensão e desenvolvimento. Por isso, necessita-se de algumas ferramentas de pesquisas descritivas e explicativas.

Realizaremos entrevistas semi-estruturadas, coleta de depoimentos e observação direta com registro em diário de campo. As professoras e coordenadoras da escola serão entrevistadas, assim como as mulheres da associação que participaram desse processo de construção da escola Margarida Alves, procurando descrever e compreender a experiência concreta inovadora de educação no campo. Colheremos também depoimentos de ex-alunos da escola que hoje atuam voluntariamente na mesma e que possuem a memória das lutas de suas mães para a efetivação de seu processo educativo.

Historia da Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves

A Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves de Ilhéus surgiu em resposta às necessidades de uma educação voltada aos interesses dos pequenos agricultores, assentados e acampados da região do Sul da Bahia. Está localizada ao norte da zona rural de Ilhéus, região sul do Estado da Bahia. A escola foi fundada a partir da luta das mulheres do movimento social, baseia-se no referencial da pedagogia da alternância, e atende jovens filhos de assentados, pequenos produtores e quilombolas.

A história da Escola Agrícola Margarida Alves está entrelaçada com a luta das mulheres do campo em prol da educação dos seus filhos, pois a educação oferecida no campo visa ajustar os trabalhadores às condições técnicas de produção e as relações econômicas e políticas que atendem aos interesses dominantes.

Em meio à crise cacaueteira de 1980 surgiu na região sul da Bahia o movimento liderado por mulheres, que abraçou a luta de grupos étnicos (Índios, quilombolas e assentados), da região pelo reconhecimento das suas terras e por uma educação escolar, que pudesse se adequar às necessidades do homem do campo.

Esse projeto de educação idealizado pelas mulheres da comunidade agrícola pautava-se na valorização da cultura do campo e na necessidade que as famílias tinham em manterem seus filhos em casa no período da colheita, já que no campo as comunidades de agricultura familiar necessitam da mão-de-obra de cada membro da família.

As dificuldades de acesso, de calendário e inclusive com relação aos conteúdos levou um grupo de mulheres do movimento de pequenos produtores a fundar uma escola que atendesse às necessidades de seus filhos, uma vez que entendiam que não podiam abrir mão da formação escolar dos mesmos. Contrariando, inclusive, os próprios companheiros que não viam naquele momento a importância de uma escola para as crianças, tais mulheres fundaram em 1997 a Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves e a líder Janira Jesus Souza de França é personagem importante nesse contexto e membro do Movimento em Defesa dos Direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

As mulheres trabalhadoras rurais, responsáveis não só pela realização das atividades domésticas e da educação dos filhos, como também, responsáveis por parte do trabalho na lavoura, se mobilizaram para ajudar os seus filhos e os filhos dos assentados a valorizarem um projeto de vida que visse o campo como um lugar de desenvolvimento e o homem do campo como um cidadão.

Para potencializar esse objetivo o primeiro passo dado por essas mulheres foi a criação da Associação Servidora dos Pequenos Produtores, cujo papel seria adquirir fundos para criação e gerenciamento de uma escola de ensino fundamental para jovens rurais do município.

Um dos principais parceiros dessa iniciativa foi o Movimento dos Homens Católicos Austríacos, que colaboraram financeiramente para criação de um espaço escolar.

A escola recebeu, então, o nome da líder sindical rural paraibana Margarida Alves, assassinada covardemente em 1983, por homens a mando dos grandes latifundiários, na frente de seu filho, uma criança com apenas 10 anos de idade na época.

No início a escola funcionava com 48 alunos de cinco comunidades de assentamentos e pequenos produtores de alguns municípios do baixo sul da Bahia. Hoje a escola atende a 120 alunos. Apesar de oferecer gratuitamente o ensino a essas comunidades, a Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves não é pública, visto que não recebe recursos públicos de nenhuma esfera governamental. A escola é mantida com recursos captados pela associação Servidora dos Pequenos Produtores.

Segundo Silva, (2004, p. 18)

Embora os problemas da educação não estejam localizados apenas no meio rural, neste a situação é mais grave, pois além de não considerar a realidade sócio ambiental onde cada escola está inserida, esta foi tratada sistematicamente, pelo poder público, como resíduo, com políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais, e muitas vezes ratificou o discurso da cidadania e, portanto, de uma vida digna reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, negando o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos cidadãos.

Em meados dos anos 2000 o Governo do Estado da Bahia, disponibilizou alguns professores e funcionários na qualidade de prestadores de serviços temporários para desenvolver atividades na escola. Essa iniciativa ainda é insuficiente e revela o descaso e a falta de compromisso do estado com a população do campo.

Durante os seus 13 anos de existência, a proposta pedagógica da escola sempre manifestou a preocupação de afirmar a cultura dos povos indígenas e africanos tratando a questão da diversidade como elemento necessário à construção da identidade individual e social do sujeito, principalmente do homem do campo.

Os alunos permanecem na escola por 15 dias em período integral, estudam não só as disciplinas obrigatórias do currículo comum como também outras disciplinas que estão direcionadas ao trabalho do campo. Exemplos: Introdução a Zootecnia e Introdução a agricultura. Essas disciplinas são trabalhadas à luz da pedagogia da alternância e têm como procedimentos metodológicos aulas teóricas e aulas práticas, possibilitando a socialização do

saber e dos conhecimentos regionais. Nos outros 15 dias o aluno retorna para sua comunidade onde vai aplicar os conhecimentos adquiridos durante o período anterior e neste período recebe visitas de acompanhamento de professores técnicos agrícolas da escola.

Além disso, a escola tem uma preocupação ambiental e funciona a partir dos princípios da agroecologia. A área adquirida pela Associação para a implementação da escola era devastada, sem árvores e bastante danificada. Nesses anos todos de funcionamento, a área já foi recuperada e muitas nascentes que haviam secado voltaram a brotar. Todo esse procedimento compõe o currículo da escola e os alunos são estimulados a discutirem as questões ambientais nos assentamentos e sítios de suas famílias, o que tem levado a uma mudança de comportamento por parte dos pais desses jovens.

É importante ressaltar que a escola conta com professores que foram alunos, além de ex-alunos que atuam voluntariamente no projeto. Ao se referir à escola nota-se o imenso amor que os ex-alunos tem pela mesma.

REFERENCIAS

ARROYO, M. G. **Escola, cidadania e participação no campo**. Em Aberto. Brasília. Rev. Fac. Educ. UFG. 1982.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96. Congresso Nacional. Brasília, 1996.

EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB Nº 1 – de 3 de abril de 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRZYBOWSKI, C. **Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural**. Contexto e educação Ijuí – RS: Unijuí, I(4): 47-49, out./dez.1986.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa**. In: **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**/ Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar (Orgs). Brasília: MDA, 2008. Nead Debate.

MENEZES, R. R. **Pedagogia da Alternância e Novo Paradigma Educativo: Estudo Comparativo entre os Quatro pilares do movimento EFA'S e os Saberes necessários a Educação do Futuro**. Portugal, Universidade Nova de Lisboa, dez.2002.

MEC\SECAD. **Programa saberes da Terra:** Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrada com qualificação social e profissional para agricultores (as) familiares, 2005.

NASCIMENTO, C. G. **Pedagogia da Resistência cultural:** um pensar a educação a educação a partir da realidade campesina. VIII Encontro Regional de Geografia, Goiás, out. 2003.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento:** uma relação construída ao longo da história, II Conferencia Nacional de Educação do Campo, 2004.